

A LÓGICA DO DISCURSO DE MAQUIAVEL EM SUA OBRA “O PRÍNCIPE”

Antonio Carlos da Silva

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Toledo¹

Especialização em Filosofia do Direito

Mestrado em Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho foi analisar a lógica e a linguagem usada por Maquiavel em sua obra *O Príncipe*. Essa ideia surgiu a partir de uma aula proferida pelo professor de Filosofia Luiz Ames, da Unioeste, campus Toledo, na qual ele afirmou que o método usado por Maquiavel era o dedutivo e não o indutivo como a maioria dos leitores de Maquiavel pensava ser.

Porém, em aulas subsequentes o mesmo professor afirmou que Maquiavel não trabalhava com ideias apriorísticas. Então, interessei-me pelo estudo, pois se o método é dedutivo deve ser um processo apriorístico.

Após estudar a obra “O Príncipe”, percebemos que o professor Ames estava com razão quanto ao método. Porém, quanto aos apriorismos, na conclusão, apontaremos que Maquiavel os tem ou pelo menos os deixa implícitos em seus pensamentos e recomendações.

Assim, fizemos um resumo de todos os capítulos de *O Príncipe*, exceto do capítulo I que julgamos que não ser relevante para o estudo. Procuramos extrair as principais ideias e recomendações de cada capítulo e buscamos a sua generalização. Com generalizar, queremos dizer transformar um pensamento, ou uma recomendação em um silogismo dedutivo de primeira figura.

Sendo este um trabalho de lógica, não analisamos a verdade material da recomendação maquiavélica, mas apenas a validade formal do silogismo.

Como foi consultada somente a obra “O Príncipe” e considerando que no início dos parágrafos indicamos o referido capítulo, optamos por fazer as citações sem indicar a página.

¹ Rua da União, 500, Coopagro - Toledo – Pr. E-mail: acs-logos@uol.com.br; site: www.acslogos.com.br

2 A LÓGICA DO DISCURSO MAQUIAVÉLICO

No Capítulo II Maquiavel trata dos principados hereditários, e afirma que, “[...] na verdade, o príncipe natural tem menores razões e menos necessidade de ofender: donde se conclui dever ser mais amado e, se não se faz odiar por desbragados vícios, é lógico e natural seja benquisto de todos.” Podemos escrever esta afirmativa dedutivamente dizendo que: Todo súdito odeia ser ofendido. O príncipe natural não tem necessidade de ofender seus súditos. Logo, o príncipe natural que não possuir vícios desbragados, será amado pelos súditos.

No Capítulo III trata dos principados mistos e Maquiavel discorre sobre as dificuldades que o príncipe tem em manter o principado visto que os “[...] homens, com satisfação, mudam de senhor pensando melhorar e esta crença faz com que lancem mão de armas contra o senhor atual”. Porém, os súditos percebem que a situação piora em relação ao senhor anterior. Pois, o novo príncipe necessita “[...] ofender os novos súditos com seus soldados e com outras infinitas injúrias que se lançam sobre a recente conquista”. Podemos escrever essa ideia formalmente: Todo súdito, para melhorar de situação, pega em armas para depor o atual senhor. O novo príncipe, necessariamente, terá que ofender seus súditos. Logo, o novo príncipe terá dificuldade para melhorar a situação de seus súditos.

Então, para o príncipe dominar tal principado e seus súditos, Maquiavel recomenda a extinção de toda a linhagem do antigo príncipe. Porém, não deve alterar suas leis impostas pelo antigo príncipe, nem aumentar os impostos. Ele afirma que “[...] foi por essas razões que Luís XII, rei de França, ocupou Milão rapidamente e logo depois o perdeu”. Logicamente essa recomendação assim se estrutura: Todo príncipe que dominar um novo principado deve exterminar a linhagem do príncipe antigo. Luís XII, rei da França, não exterminou a linhagem do príncipe de Milão. Luís XII perdeu rapidamente o principado de Milão.

Os territórios conquistados cuja língua, costumes e leis sejam diferentes não devem ser saqueados. Se isso não for possível, então, o príncipe deve “[...] instalar colônias num ou dois pontos, que sejam como grilhões postos àquele Estado, eis que é necessário ou fazer tal ou aí manter muita tropa”. Conclui dizendo que, “[...] sob qualquer ponto de vista, essa guarda armada é inútil, ao passo que a criação de colônias é útil”.

Na atualidade podemos escrever as recomendações logicamente assim: Todo território conquistado cuja língua e leis sejam diversas da do conquistador, as tropas

armadas são inúteis. Os USA conquistaram o Iraque que possui leis e língua diferentes. Logo, manter tropas armadas em território iraquiano será inútil. Ou então: Todo território conquistado cuja língua e leis sejam diversas, o conquistador deve instalar colônias no território conquistado. Israel instalou colônias no território palestino conquistado. Logo, Israel manterá sob grilhões o povo palestino.

Maquiavel diz que “[...] os homens devem ser acarinhados ou eliminados” e as que ofensas feitas aos conquistados sejam de tal ordem que o príncipe não receie qualquer tipo de vingança.

Diz ainda que, [...] quem se encontre à frente de uma província diferente, como foi dito, deve tornar-se chefe e defensor dos menos fortes, tratando de enfraquecer os poderosos e cuidando que em hipótese alguma aí penetre um forasteiro tão forte quanto ele. Podemos generalizar da seguinte forma: Todos os poderosos devem ser enfraquecidos, os fracos defendidos e os forasteiros impedidos de entrar no território. O príncipe que conquistar territórios cuja língua, costumes e leis sejam diferentes assim deve agir. Logo, o príncipe deve encaminhar satisfatoriamente esta parte ou cedo perderá a sua conquista.

Maquiavel descreve então casos particulares desse tipo de ação. Cita os acertos e erros cometidos pelos romanos e por Luís XII rei da França.

Ele afirma que é natural “[...] o desejo de conquistar e, sempre, quando os homens podem fazê-lo, serão louvados ou, pelo menos, não serão censurados; mas quando não têm possibilidade e querem fazê-lo de qualquer maneira, aqui está o erro e, conseqüentemente, a censura”. Podemos inferir que Maquiavel afirma que está na natureza humana o desejo de conquistar. Se tal desejo está na natureza humana é inato. Logo, sendo inato, deve ser a priori.

Maquiavel afirma que disso ele “[...] extrai uma regra geral que nunca ou raramente falha: quem é causa do poderio de alguém se arruína, porque esse poder resulta ou da astúcia ou força e ambas são suspeitas para aquele que se tornou poderoso”. Então, conclui-se que: Todo o poder que é oriundo da astúcia ou da força é suspeito. O príncipe não deve incentivar este tipo de poder. Pois, o príncipe que incentivar esse tipo de poder será arruinado por aquele que se tornou poderoso.

No Capítulo IV Maquiavel aponta que “[...] o reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou contra seus sucessores após a morte deste” e argumenta que todos os principados ou são governados “[...] por um príncipe e todos os demais são servos e os ministros são indicados por graça e concessão sua [...] ou [são

governados] por um príncipe e por barões”, estes são ministros por direito de sangue.

No primeiro caso Maquiavel aponta como exemplo a monarquia turca e afirma que esta é muito difícil de ser conquistada, mas uma vez conquistada será facilmente mantida. No segundo caso ele dá o exemplo da França que era dirigida por um príncipe e barões. Esta é facilmente conquistada, mas dificilmente será mantida tal conquista. Ele conclui que reino de Dario se assemelhava ao império turco. Pois, foi difícil conquistá-lo. Mas, após a conquista foi fácil mantê-lo sob jugo.

Podemos universalizar dizendo que: Todo o império governado por um príncipe, cujos ministros são indicados por graça e concessão sua, dificilmente será conquistado, mas, sendo conquistado, é facilmente mantido. O reino de Dario era governado dessa forma. Logo, reino de Dario foi de difícil conquista, porém, foi fácil sua manutenção sob jugo.

No Capítulo V Maquiavel discorre sobre a forma de “[...] governar as cidades ou principados que, antes de serem ocupados, viviam com as suas próprias leis” e aponta três modos de mantê-los dominados: “o primeiro, arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; o terceiro, deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando em seu interior um governo de poucos”. Mas, afirma que “[...] não existe modo seguro para conservar tais conquistas senão a destruição” e o príncipe que assim não agir facilmente perderá tais conquistas. Pois, os súditos não esquecerão a liberdade e as antigas instituições. Já, as cidades que não estão acostumadas a viver sob suas leis, não sabem viver em liberdade, não havendo a necessidade de destruí-las. Porém, aquelas acostumadas com suas próprias leis, assevera Maquiavel que, “[...] há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança; não deixam nem podem deixar esmaecer a lembrança da antiga liberdade: assim, o caminho mais seguro é destruí-las ou habitá-las pessoalmente”. Generalizando temos que: Toda a cidade que vive com suas próprias leis, quando conquistada, deve ser arrasada. O príncipe conquistador deve arrasar tal tipo de cidade. Pois, o príncipe conquistador que assim não agir será destruído pelos antigos habitantes da cidade.

No Capítulo VI Maquiavel aborda a questão dos principados novos que se conquistam com as armas próprias e aponta que um homem prudente e virtuoso deve imitar aqueles que foram grandes e excelentes em suas vidas. Pois, de nada adiantaria imitar um perdedor. Maquiavel aponta alguns personagens que se tornaram príncipes não pela sorte, mas pela virtude, citando como exemplo Moisés,

Ciro, Rômulo e Teseu. Afirma que, se eles não tivessem tido a sorte da ocasião, [...] a oportunidade, o seu valor pessoal ter-se-ia apagado e sem essa virtude a ocasião teria surgido em vão. Portanto, a oportunidades e excelente capacidade desses homens fez com que aquela ocasião fosse conhecida por eles.

Universalizando a afirmativa de Maquiavel: Todo grande homem deve ser imitado por aquele que quer ser excelente príncipe. Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu foram grandes homens. Logo, eles devem ser imitados por aquele que quer ser excelente príncipe.

Maquiavel analisando o caminho desses grandes personagens conclui que as suas conquistas não foram pela força da oração, mas sim pela força das armas e infere [...] que todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram. Podemos universalizar dizendo que: Toda conquista é feita pelas armas. Os profetas vencedores não conquistaram pela oração. Logo, os profetas vencedores conquistaram pelas armas. Maquiavel conclui afirmando que o profeta estar preparado para que, quando os fieis não acreditarem mais em suas pregações, possa fazê-los crer pela força.

No Capítulo VII Maquiavel trata dos principados novos conquistados com as armas e fortuna dos outros, cujas dificuldades são poucas para se tornar príncipe. Porém, terão muitas dificuldades para manter-se como príncipe. Esses principados são aqueles cedidos ou por dinheiro, ou por benesse de outrem. E, Maquiavel analisa a atuação de César Bórgia, cognominado de Duque de Valentino, filho do Papa Alexandre VI afirmando que César Bórgia “[...] querendo manter a conquista e avançar mais [...], haviam duas coisas que [...] lhe impediam: uma, as suas tropas que não lhe pareciam fiéis, a outra, à vontade da França”. Para superar esses problemas, o duque agiu em quatro frentes:

Primeiro, extinguir as famílias daqueles senhores que ele tinha espoliado [...]; segundo, conquistar todos os gentis-homens de Roma, [...], para poder com eles manter o Papa tolhido; terceiro, tornar o Colégio (de cardeais) mais o quanto possível; quarto, conquistar tanto poder antes que o pai morresse, que pudesse por si mesmo resistir a um primeiro impacto.

Dessas quatro frentes, ele havia realizado três, faltando apenas a quarta. Pois, eliminara todos os senhores despojados; conseguira o apoio dos romanos e possuía a maioria no Colégio de cardeais e se seu pai, o Papa Alexandre VI, não tivesse morrido, em pouco tempo o duque teria conseguido realizar a quarta frente.

Pois, para Maquiavel, o duque era de incomparável virtude e bravura, dignas de serem imitadas, visto que, as suas ações sempre foram as de eliminar seus inimigos, vencendo-os

[...] ou pela força ou pela fraude, fazer-se amar e temer pelo povo, seguir e reverenciar pelos soldados, eliminar aqueles que podem ou têm razões para ofender, ordenar por novos modos as instituições antigas, ser severo e grato, magnânimo e liberal, extinguir a milícia infiel, criar uma nova, manter a amizade dos reis e dos príncipes, de modo que beneficiem de boa vontade ou ofendam com temor.

Para Maquiavel, o único erro do duque foi não ter evitado a eleição do Papa Júlio II. Pois, “[...] não podendo fazer um papa de acordo com seu desejo, ele podia impedir fosse feito quem não quisesse” que fosse eleito e ele não o fez. Isso foi a causa de sua ruína.

Para fazer essas recomendações Maquiavel partiu de uma generalização, ou seja: Todo o Estado conquistado com armas e fortuna dos outros é difícil a sua manutenção. O duque de Valentino, embora virtuoso, conquistou o Estado com armas e fortuna de seu pai. Logo, o duque não conseguiu manter os Estado após a morte do seu pai.

No Capítulo VIII Maquiavel afirma que é possível tornar-se príncipe de dois modos sem recorrer à fortuna ou à virtude. Esses modos são “[...] ou por meio criminoso ou quando um cidadão privado torna-se príncipe de sua pátria pelo favor de seus concidadãos” e aponta dois exemplos. O de Agátocles siciliano e o de Oliverotto de Fermo que usaram de meios criminosos para se tornarem príncipes. Embora, segundo Maquiavel, não se possa chamar de “[...] virtude o matar os seus concidadãos, trair os amigos, ser sem fé, sem piedade, sem religião; tais modos podem fazer conquistar poder, mas não glória”, mesmo assim, tais ações devem ser imitadas quando necessário. Pois, depende se as crueldades são bem ou mal usadas. Segundo ele, as crueldades bem usadas são aquelas momentaneamente necessárias para

[...] firmar-se e, depois, nelas não se insiste, mas sim se as transforma no máximo possível de utilidade para os súditos; mal usadas são aquelas que, mesmo poucas a princípio, com o decorrer do tempo aumentam ao invés de se extinguirem.

Maquiavel conclui afirmando “[...] que as ofensas devem ser feitas todas de uma só vez, a fim de que, pouco degustadas, ofendam menos, ao passo que os benefícios devem ser feitos aos poucos, para que sejam melhores apreciados”.

Generalizando podemos dizer que, segundo Maquiavel, Tudo o que se utiliza em benefício dos súditos é bem. Algumas crueldades devem ser utiliza em benefício dos súditos. Logo, algumas crueldades, se bem usada, é boa.

O Capítulo IX trata dos príncipes que ascenderam ao poder contemplados ou pelas graças do povo ou dos poderosos.

Maquiavel aponta a contradição existente em uma cidade que por um lado “[...] o povo não quer ser mandado nem oprimido pelos poderosos e estes desejam governar e oprimir o povo”. Dessa contradição que, segundo ele, “[...] nasce ou principado, ou liberdade, ou desordem”.

Segundo Maquiavel, aquele que chega ao poder com a ajuda dos poderosos tem mais dificuldades em manter-se no poder do aquele que chega com o apoio do povo. No primeiro caso, o príncipe se torna refém dos poderosos e no segundo, torna-se refém do povo. Porém, argumenta que “[...] contra a inimizade do povo um príncipe jamais pode estar garantido, por serem muitos”, enquanto que dos poderosos, como são poucos, pode se assegurar mais facilmente.

Maquiavel conclui afirmando que um príncipe hábil deve fazer com que seus súditos sintam necessidade do Estado e do príncipe. Assim, “[...] sempre lhe serão fiéis”. Podemos apontar que Maquiavel partiu do seguinte silogismo para tirar esta conclusão: Toda a fidelidade do povo é dada pela necessidade. Um príncipe hábil consegue a fidelidade de seu povo. Um príncipe hábil faz o povo sentir a necessidade do Estado e do príncipe.

No Capítulo X Maquiavel trata de como um príncipe se devem medir as forças com outros principados e aconselha fortificar e a prover sua cidade. Pois, em caso de ataque o príncipe deve refugiar-se na cidade. Para manter-se no poder, durante o ataque à cidade, o príncipe deve dar aos súditos “[...] ora esperança de que o mal não será longo, ora incutindo temor da crueldade do inimigo” e ora livrando-se daqueles que lhe pareçam inimigos internos.

Maquiavel partiu da seguinte dedução: Todos súditos são guiados ou pela esperança ou pelo medo. O príncipe, para garantir o poder, deve controlar seus súditos. O príncipe, para garantir o poder, deve incutir ou esperança ou medo.

O Capítulo XI trata dos principados eclesiásticos e Maquiavel aponta que Alexandre VI mostrou o quanto um Papa, com o dinheiro e as tropas, podia adquirir

de poder. O intento de Alexandre VI, segundo Maquiavel, não era tornar a Igreja mais forte e sim seu filho César Borgia. Porém, com a sua morte e a de seu filho, Cesar Borgia, toda a riqueza e a grandeza se tornaram da Igreja.

Morto Alexandre VI assume então o papa Júlio II que seguiu as mesmas práticas do seu antecessor, ampliando a riqueza e a grandeza da Igreja. Para Maquiavel, “[...] todas essas realizações merecem louvor”. Pois, segundo ele, tudo isso foi feito para engrandecer a Igreja e não para favorecer algum cidadão particular. Parece que Maquiavel quer dizer que poder e dinheiro andam juntos, ou seja: Todo poder da Igreja tem origem na riqueza. Alguns papas da Igreja tinha poder. Logo, Alguns papas da Igreja tinham riqueza.

O Capítulo XII Maquiavel trata das milícias e dos soldados mercenários e também discorre sobre os fundamentos dos Estados. Conclui que “[...] não pode haver boas leis onde não existam boas armas e onde existam boas armas convém que haja boas leis”. Um príncipe, segundo Maquiavel, pode defender o seu Estado com armas próprias ou não. As que não são próprias são as mercenárias, as auxiliares ou mistas e afirma que “[...] as mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas”. Pois, as tropas mercenárias só se mantêm em campo de batalha pelo de soldo que recebem, mas isso não garante que arrisquem a vida pelo príncipe. E assevera que causou a ruína da Itália foi a sua defesa ter sido sustentada por muito tempo em armas mercenárias. Se os capitães mercenários forem homens excelentes, o príncipe não poderá neles confiar “[...] porque sempre aspirarão à própria grandeza, [...] se não forem grandes chefes”, certamente o levarão à ruína.

No Capítulo XIII Maquiavel trata das tropas auxiliares, mistas e próprias. Afirma que as tropas auxiliares são inúteis. Pois, “[...] as tropas auxiliares podem ser úteis e boas para si mesmas, mas, para quem as chame, são quase sempre danosas, eis que perdendo ficam liquidado, vencendo fica seu prisioneiro”. Conclui com uma generalização, dizendo que nenhum principado é seguro sem ter armas próprias e afirma que tirou essa opinião da sentença *quod nihíl sit tam infirmum aut instabile, quam fama potentiae non sua vi nixa*².

Dos capítulos XII e XIII podemos deduzir o seguinte: Toda nação defendida por exército mercenário ou tropas auxiliares está fadada à ruína. A Itália teve a sua defesa sustentada por exército mercenário e tropas auxiliares. Logo, a Itália foi à ruína.

² Nada é tão inseguro ou instável, quanto à fama de poderio não fundada sobre a própria força (livre tradução).

No Capítulo XIV Maquiavel expõe sobre o que compete ao príncipe acerca da milícia, afirmando que o objetivo maior de um príncipe é “[...] a guerra e a sua organização e disciplina, pois que é essa a única arte que compete a quem comanda”. Negligenciar a arte da guerra, segundo ele, é caminhar para a perda do poder. O príncipe deve sempre estar voltado para “[...] o exercício da guerra, o que pode fazer por dois modos: um com a ação, o outro com a mente”. Pois, o exercício dela garante a conquista e a manutenção do poder.

A ação nos períodos de paz devem ser os exercícios de guerra, caçadas e de reconhecimento de terrenos de províncias próximas. Reconhecimento das rotas de entradas e de fugas. Para exercitar a mente, o príncipe deve estudar as histórias dos grandes homens e observar as suas ações, como eles se conduziram nas guerras, examinando as causas das derrotas e vitórias.

Maquiavel afirma que não se compara um príncipe armado a um desarmado e “[...] não é razoável que quem esteja armado obedeça com gosto ao que seja desprovido de armas, nem que o desarmado se sinta seguro entre servidores armados”. Porém, para afirmar isto, ele parte de uma premissa maior: Todo o príncipe armado é superior ao um príncipe desarmado. Todo o poder pode ser exercido pelo príncipe armado. Todo poder pode ser imposto sobre um príncipe desarmado.

No Capítulo XV Maquiavel trata “[...] daquelas coisas pelas quais os homens, e especialmente os príncipes, são louvados ou vituperados”. Ele diferencia como se vive e como se deveria viver afirmando que aquele que “[...] abandona o que faz por aquilo que se deveria fazer trilha o caminho” da ruína. Pois, aquele e que pretende agir com bondade, irá perder-se entre tantos que são maus. Um príncipe hábil assevera Maquiavel, deve aprender “[...] não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade”. Dedutivamente podemos dizer que toda a ação deve ser por necessidade, um príncipe hábil não age por bondade, mas segundo a necessidade. Assim, Todo príncipe que agir com bondade será arruinado. O príncipe hábil não agirá com bondade. Logo, O príncipe hábil não será arruinado.

No Capítulo XVI Maquiavel fala sobre a liberalidade e a parcimônia. Afirma que seria de bom o príncipe ser considerado como liberal. Aconselha que um príncipe “[...] deve gastar pouco para não precisar roubar seus súditos”. Recomenda que o príncipe gaste somente o dinheiro de seus súditos e o de outrem, mas, nunca o seu. Conclui afirmando que, “[...] dentre todas as coisas de que um príncipe se deve guardar está o ser desprezado e odiado, e a liberalidade te conduz a uma e a

outra dessas coisas”. Universalizando temos que toda liberalidade leva ao desprezo e ao ódio. Um príncipe hábil não deve agir com liberalidade. Logo, um príncipe hábil não será desprezado, nem odiado.

No Capítulo XVII Maquiavel coloca as questões sobre a crueldade e a piedade e aponta que é mais vantajoso para um príncipe ser temido do que amado. Pois, como os homens são maus, facilmente eles podem deixar de amar, mas o medo eles só perderão quando o príncipe estiver morto. Maquiavel recomenda ao príncipe ser temido, mas não odiado. Para isso não ocorra, o príncipe não deve “[...] tomar os bens e as mulheres de seus cidadãos e de seus súditos. Pois, os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio”.

Recomenda também que todo príncipe deve ser considerado pelo povo como piedoso e não como cruel. Porém, um príncipe não deve temer a fama de cruel, desde que esta sirva para manter a lealdade e a união dos seus súditos. Mas, à frente de seus exércitos é necessário que o príncipe mantenha a fama de cruel, pois sem ela, “[...] jamais conservará exército unido e disposto” ir à guerra.

Maquiavel parte da premissa maior de que: Todo homem é naturalmente mau, mas teme. O príncipe, hábil, deve fugir do ódio de seus súditos. O príncipe, para fugir do ódio e da traição, deve ser temido.

No Capítulo XVIII Maquiavel discute se *os príncipes devem manter a fé da palavra dada*. Ele concorda que é louvável que príncipe, para viver com integridade, deve manter a palavra dada. Porém, quando for prejudicial aos seus interesses, um príncipe hábil *não pode, nem deve, guardar sua palavra* empenhada. Toda a argumentação de Maquiavel fica legitimada no seu silogismo, afirmando que

[...] se todos os homens fossem bons, este preceito seria mau; mas, porque são maus e não observariam a sua fé a teu respeito, não há razão para que a cumpras para com eles. Jamais faltaram a um príncipe razões legítimas para justificar a sua quebra da palavra.

Em um silogismo de primeira figura teria essa forma: Todo homem é mau e não cumpre a palavra dada. O príncipe não pode deixar de ser homem. Então, o príncipe pode descumprir a palavra empenhada.

Ele diz que o príncipe deve saber que existem dois modos de agir. Um modo é seguindo as leis e o outro usando a força. Aquele é próprio da humanidade, e este, da natureza animal. Quando o primeiro não surte o efeito desejado, deve-se usar o

segundo. Um príncipe deve saber o momento de empregar a natureza humana e a de animal, pois, *uma sem a outra não se sustenta*.

Maquiavel aconselha, com uma metáfora dizendo, que o príncipe deve ora agir como raposa, ora como leão. E mais, fazer-se *parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo realmente, mas estar com o espírito preparado e disposto para não sê-lo*.

No Capítulo XIX Maquiavel faz recomendações de como se deve agir para evitar ser desprezado e odiado.

Maquiavel reafirma o que havia dito no capítulo XVII dizendo que se o príncipe não tirar *nem os bens nem a honra à universalidade dos homens, estes vivem felizes e somente se terá de combater a ambição de poucos, o que se refreia por muitos modos e com facilidade*.

Os dois temores que o príncipe deve ter são *um de ordem interna, de parte de seus súditos, o outro de natureza externa, de parte dos potentados estrangeiros*. O de ordem externa ele deve combater com armas e bons amigos. Tendo boas armas, o príncipe, segundo Maquiavel, terá bons amigos.

Quando o de ordem interna Maquiavel diz que, por experiência, no seu tempo, *poucas conspirações tiveram bom fim*, visto que o conspirador não está sozinho e tem de confiar naquele que está descontente com o príncipe. Assim, segundo Maquiavel, *ao lado do conspirador não existe senão medo, ciúme, suspeita de castigo que o atordoa enquanto que ao lado do príncipe, existe a majestade do principado, as leis, as barreiras dos amigos e do Estado que o defendem*.

Um príncipe deve saber que os poderosos são insolentes e têm muita ambição, quando necessário deve o príncipe freá-los e corrigi-los. Também deve saber que a maioria, com base no medo, odeia os grandes. Assim, segundo Maquiavel, *um príncipe deve estimar os grandes, mas não se fazer odiado pelo povo*. O príncipe deve deixar as tarefas odiosas a outrem, ficando somente com as boas.

Maquiavel cita diversos casos particulares de príncipes apontando as causas de sua ruína (o ódio e o desprezo). Dentre outros, ele cita Marco Aurélio, Pertinax e Alexandre, que não puderam deixar de serem odiados, porém o erro maior deles foi o de não evitar o ódio das classes mais poderosas.

O ódio, segundo Maquiavel, aflora *tanto pelas boas como pelas más ações*. O príncipe, para conservar o Estado, *frequentemente é forçado a não ser bom*. Pois, quando as classes sociais (povo, soldados ou os grandes) estão agitadas, o príncipe

deve atender as solicitações da classe que julgar mais necessária para se manter no poder. Logo, as obras que, em outra situação, eram boas, tornam-se más.

Em um sistema de silogismo a recomendação de Maquiavel toma essa forma: Todo príncipe é forçado a não ser bom. O ódio é causa de destruição do príncipe. O ódio é um mal que deve ser evitado.

O Capítulo XX Maquiavel trata da utilidade das fortalezas e outras ações dos príncipes para garantir a segurança.

Segundo Maquiavel, alguns príncipes, para manter o Estado, *desarmaram os seus súditos, outros dividiram as terras submetidas, [...] outros se dedicaram e a conquistar o apoio daqueles que lhes eram suspeitos no início de seu governo, alguns construíram fortalezas, outros as arruinaram e destruíram.*

Nutrir discórdias entre os partidos, segundo Maquiavel, é próprio de príncipes fracos. Pois, essas discórdias são úteis em tempos de paz, mas durante os períodos de guerras elas se tornam perniciosas.

Maquiavel recomenda aos príncipes buscarem o apoio daqueles que lhes eram suspeitos no início de seu governo. Pois, o príncipe poderá encontrar mais lealdade e utilidade nesses homens.

Quando a construção de fortaleza, para Maquiavel, elas são *úteis ou não, segundo os tempos*. Justifica a sua posição afirmando que o *príncipe que tiver mais temor de seu povo do que dos estrangeiros, deve construir as fortalezas; mas aquele que sentir mais medo dos estrangeiros que de seu povo, deve abandoná-las.*

Maquiavel retoma a questão do ódio e assevera que *a melhor fortaleza que possa existir é o não ser odiado pelo povo*. Pois, as melhores fortificações de nada valem se o povo odeia o príncipe.

No Capítulo XXI Maquiavel discute *o que convém a um príncipe para ser estimado*. Aponta como exemplo, Fernando de Aragão, *que nada faz estimar tanto um príncipe como as grandes empresas e o dar de si raros exemplos*. O comportamento do príncipe diante dos súditos é de grande relevância para angariar a estima do povo.

Recomenda ao príncipe aproveitar todas as oportunidades de ocorrências de fatos extraordinários *de bem ou de mal na vida civil, obtendo meio de premiá-los ou puni-los*, dando, a tais fatos, grande publicidade.

Dentro de um silogismo dedutivo podemos escrever o proposto por Maquiavel da seguinte forma: Toda a grande obra é causa de estima e admiração. O príncipe

deve fazer grandes obras. Logo, o príncipe que faz grandes obras é estimado e admirado.

Em caso de conflito, é sempre mais útil o príncipe se posicionar favorável ou contrário do que ficar em posição de neutralidade. O príncipe deve considerar que o conflito não é eterno e findado o conflito nem quem ganhou, nem quem perdeu a guerra, confiará em quem ficou neutro. E o príncipe jamais deve fazer aliança com outro mais poderoso do que ele, *porque se tornará seu prisioneiro*.

O Capítulo XXII trata do secretariado dos príncipes e Maquiavel começa dizendo que é de grande relevância a escolha dos ministros, os quais são bons ou não, segundo a prudência do príncipe que os escolhe. Para nomear seus ministros, o príncipe deve observar as capacidades e de inteligência do homem que, segundo Maquiavel, são três: (1) *a que entende as coisas por si*; (2) *a que discerne o que os outros entendem*; (3) *a que não entende nem por si nem por intermédio dos outros*. *A primeira é excelente, a segunda é muito boa e a terceira é inútil*.

O príncipe também deve observar se o ministro pensa *mais em si do que em ti* (príncipe) e se, nas *ações, procura o interesse próprio, podes concluir que este jamais será um bom ministro e nele nunca poderás confiar*.

Podemos generalizar da seguinte forma a proposta de Maquiavel: Todo homem que *tem o Estado de outrem em suas mãos não deve pensar nunca em si, mas sempre no príncipe*. O ministro tem o Estado de outrem em suas em suas mãos. Logo, o bom ministro não deve pensar mais em si do que no príncipe.

No Capítulo XXIII Maquiavel faz recomendações de como se afastam os adutores, dos quais, segundo ele, *as cortes estão repletas*.

Segundo Maquiavel, o príncipe não consegue escapar das adulações, *a não ser fazendo com que os homens entendam que não te ofendem dizendo a verdade*, porém quando todos dizem a verdade o príncipe perde o respeito dos que o cercam. Então, o príncipe só deve permitir que os homens sábios digam-lhe a verdade e *um príncipe deve se aconselhar, mas somente quando ele queira e não quando os outros desejem*.

Maquiavel propõe como regra geral que um príncipe não sábio

[...] não pode ser bem aconselhado, a menos que por acaso confiasse em um só que de todo o governasse e fosse homem de extrema prudência. Este caso poderia bem acontecer, mas duraria pouco, porque aquele que efetivamente governasse, em pouco tempo lhe tomaria o Estado; mas, aconselhando-se com mais de um, o príncipe que não seja sábio, não terá nunca os conselhos uniformes e não saberá por si mesmo harmonizá-los.

Generalizando podemos dizer que: Todo o príncipe deve ser aconselhado. Um só sábio conselheiro é perigoso para o príncipe não sábio e, vários conselheiros são impeditivos para o príncipe não sábio harmonizar tais conselhos. Logo, um príncipe não sábio não pode ser aconselhado. Inference-se que só os príncipes sábios podem ser aconselhados.

Para concluir ele retoma a questão da maldade dizendo que todos os homens são maus e só se tornam bons por necessidade e assevera *que os bons conselhos venham de onde vierem, devem nascer da prudência do príncipe, e não a prudência do príncipe resultar dos bons conselhos.*

No Capítulo XIV Maquiavel aponta porque os príncipes da Itália perderam seus estados. Ele começa afirmando que os homens esquecem rapidamente as coisas passadas, pois *são levados muito mais pelas coisas presentes do que pelas passadas e quando, nas coisas presentes, encontram o bem, ficam satisfeitos e nada mais procuram.*

Apontou que os príncipes italianos que permaneceram *muitos anos em seus principados para depois perdê-los, não podem acusar a sorte, mas sim a sua própria ignávia.* Pois, o defeito comum de todos os príncipes, segundo Maquiavel, é que, no período de paz, não se preocupam com a guerra. Quando vem a guerra, tais príncipes só buscam fugir e *não em defender-se.* Esta questão do príncipe ter seu pensamento sempre voltado para a guerra durante o período de paz já fora abordada no capítulo XIV.

No Capítulo XXV Maquiavel trata *de quanto pode a fortuna* (deusa romana do acaso, da boa ou má sorte) *nas coisas humanas e de que modo se lhe deva resistir.* Aponta que existem opiniões de que as coisas do mundo podem ser governadas *pela fortuna e por Deus, de forma que os homens, com sua prudência, não podem modificar, nem evitar.* Ele pondera que já foi partidário desse fatalismo, porém admite a existência do livre-arbítrio. Julga que *pode ser verdade que a sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixa governar a outra metade, ou quase.*

Como a sorte está sujeita variações, ele assevera que o príncipe que *se apóia totalmente na sorte arruína-se.* E mais, como o conceito de bem sofre variações e os tempos e as circunstâncias se modificam, o príncipe, para não se arruinar, deve mudar sempre o seu modo de agir.

Maquiavel considera que *é melhor ser impetuoso do que dotado de cautela, porque a fortuna é mulher e conseqüentemente se torna necessário, querendo dominá-la, bater-lhe e contrariá-la.*

Generalizando podemos escrever o seguinte silogismo: Todo homem que se deixa governar somente pela sorte está fadado a arruinar-se. O príncipe não deve guiar-se somente pela sorte. Pois, o príncipe que se assim proceder, arruína-se.

No Capítulo XXVI Maquiavel trata da exortação para tomar a Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros e, num silogismo não bem estruturado, pondera que *nenhuma coisa faz tanta honra a um príncipe novo, quanto às novas leis e os novos regulamentos por ele elaborados. Estes, quando são bem fundados e em si encerram grandeza, tornam o príncipe digno de reverência e admiração.*

Termina afirmando que, a todos (italianos) repugna o domínio do território italiano pelos bárbaros.

CONCLUSÃO

Historicamente sabemos que o método científico nos séculos XV e XVI, embora já estivesse sendo contestado, ainda era o silogismo aristotélico. Então, parece que ser razoável que o método usado por Maquiavel seja o apriorístico dedutivo.

Estudando *O Príncipe* percebemos que Maquiavel, aparentemente, não tinha grandes preocupações com o rigor lógico, mas sim em fazer recomendações práticas ao príncipe, partindo, como ficou demonstrado, sempre de generalizações e apoiando-se em casos particulares.

A linguagem usada por Maquiavel é a lógica disjuntiva (ou, ou), a qual, se colocada em uma tabela verdade, só será falsa se ambas as premissas forem falsas.

A	B	∨ (ou)
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Seguidamente usa também a forma condicional *modus ponens* (se \rightarrow então), que só possui uma possibilidade de falsidade. Ou seja, só será falsa quando a for antecedente verdadeiro e a conseqüente falso.

A	B	$A \rightarrow B$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Como pudemos observar em todos os capítulos, Maquiavel faz as suas recomendações, tendo como base idéias universais, tendo como pressuposto maior que o homem tem a capacidade de amar e odiar. Porém, sempre está mais propenso a ser mau do que bom. Portanto, as paixões e as inclinações humanas são inatas e se inatas, são apriorísticas.

Toledo (PR), 11/05/2005

REFERÊNCIA

MAQUIAVELLI, Nicoló de Bernardo dei. **O Príncipe**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1980.